



O PESO DO TEMA METROPOLITANO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020: ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO DOS PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Marcello Soldan Garbelim¹

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise exploratória de geografia do voto das eleições municipais em 2020. O objetivo principal é avaliar o peso dos temas metropolitanos nos Planos de Governo dos candidatos a prefeito nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia. Duas hipóteses norteiam essa análise. A primeira projeta que há certa ausência ou carência de propostas para ações em escala metropolitana por parte dos candidatos à Prefeitura. A segunda hipótese sinaliza que ocorre fraca percepção pelos representantes dos desafios metropolitanos colocados em Goiânia e cidades circunvizinhas, tendo em vista os interesses mais localistas nas abordagens expostas nos Planos de Governo. Enfim, o cenário contribui para a reprodução do contexto de baixa cooperação entre os agentes institucionais e evidencia a necessidade de aprofundar o debate acerca das regiões metropolitanas brasileiras.

Palavras-chave: geografia do voto, eleições municipais, Região Metropolitana de Goiânia.

ABSTRACT

This paper presents an exploratory analysis of the geography of the vote in municipal elections in 2020. The main objective is to assess the weight of metropolitan themes in the Government Plans of candidates for mayor in the municipalities that make up the Região Metropolitana de Goiânia. Two hypotheses guide this analysis. The first projects that there is a certain absence or lack of proposals for actions on a metropolitan scale on the part of candidates for City Hall. The second hypothesis signals that there is a weak perception by representatives of the metropolitan challenges placed in Goiânia and surrounding cities, in view of the more local interests in the approaches exposed in the Government Plans. Finally, the scenario contributes to the reproduction of the context of low cooperation between institutional agents and highlights the need to deepen the debate about metropolitan regions in Brazil.

Keywords: geography of the vote, municipal elections, Região Metropolitana de Goiânia.

¹ Doutorando em Geografia (IESA-UFG), Mestre em Sociologia (PPGS-UFG), Bacharel em Ciências Sociais (FCS-UFG); e-mail: marcello_sg54@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Diante de um cenário urbano dramático de problemas vividos e apesar do advento do Estatuto da Metrópole (2015), acerca das “regiões metropolitanas” tende a prevalecer um contexto de “vácuo” ou “orfandade” institucional, silêncio do debate público e fragilidades das representações políticas. Este artigo apresenta uma análise exploratória de geografia do voto das eleições municipais em 2020 e tem o objetivo principal de avaliar o peso dos temas metropolitanos nos Planos de Governo das candidaturas às prefeituras dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia.

Compreende-se que pelas “concepções” do espaço em metropolização, as atuações dos representantes eleitos nas três esferas de organização político-administrativa podem oferecer valiosas informações sobre interesses e movimentação em sentido da formação de governos metropolitanos no Brasil. Se obrigações legislativas e executivas recaem mais aos poderes Estaduais pelos ditames constitucionais, os representantes municipais podem fornecer pistas dos diferentes contextos e percepções da metropolização de uma dada Região Metropolitana.

Ao examinar o uso ou não de conceitos metropolitanos, ou o peso do tema metropolitano, pelas candidaturas municipais a partir do estudo dos Planos de Governo duas hipóteses norteiam a análise do material de pesquisa empírica. A primeira projeta que há certa ausência ou carência de propostas para ações em escala metropolitana por parte dos candidatos à Prefeitura. A segunda hipótese sinaliza que ocorre fraca percepção pelos representantes dos desafios metropolitanos, tendo em vista os interesses mais localistas.

METODOLOGIA

O momento das eleições municipais é especial no sentido de apreensão de propostas de ações de candidaturas, que visam sensibilizar o eleitorado sobre os distintos temas urbanos. Ao serem apresentadas as visões e as versões sobre a cidade imagina-se que os representantes de determinado município deveriam em algum nível se atentar para a condição metropolitana.



Para a análise do peso das representações metropolitanas entre representantes da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), os dados de pesquisa foram sistematizados a partir dos Planos de Governos (PGs) das candidaturas à prefeitura dos 21 municípios nas eleições de 2020, que estão catalogados no banco de dados DivulgaCand (Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e disponível em sítio ou aplicativo.

Em um primeiro momento todos os PGs foram examinados com intenção de identificar a presença ou não de ao menos um de cinco conceitos-chave do tema metropolitano (Região Metropolitana, MetrÓpole, Área Metropolitana, Metropolitano, Grande Goiânia). Em seguida, os PGs das candidaturas eleitas são examinados com mais detalhamento propostas de ações, intensões e promessas de atenção a determinadas institucionalidades que envolvam dois ou mais municípios metropolitanos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Há um processo avançado de urbanização como tendência planetária. A metropolização crescente de áreas regionais evidência novos referenciais espaciais, modos de vida e exige ações políticas efetivas de alcance metropolitano. No Brasil, as metrópoles interagem com as marcantes desigualdades sociais de maneira mais visível.

Conflitos, problemas sociais e ausências de governo generalizam-se com alguma especificidade no território nacional. Há descompassos entre a metropolização acelerada e a criação de institucionalidades atinentes às RMs, cuja participação social nos temas metropolitanos, apregoada pelo Estatuto da MetrÓpole, pode ser condição de possibilidade de reverter tal cenário. Mas, diante de fragilidades, carências e ausências acerca do tema, quem são os “sujeitos” que nomeadamente atuam em nome das “regiões metropolitanas”?

Ao considerar a produção social do espaço, segundo Lefebvre (2006), os sujeitos interagem em “práticas espaciais”, “representações do espaço” e “espaços de representação”. Aqui se interessa pelas “concepções” emitidas acerca do mundo, cujos sujeitos se relacionam e reproduzem atuações representadas em interesses estruturais, os poderes das linguagens verbais e do saber sistematizado das “representações do espaço”. Enfim, onde o real é “concebido” como um meio instrumental, estratégico, na produção do espaço.



Para Lefebvre (2006), o espaço é palco vivo de práticas, produto concebido por representações e percepção representada na realidade social. Os sujeitos movem e são movidos no e pelo espaço, não como categoria isolada, mas que incide socialmente “interpenetram-se sob o tacão de um ator privilegiado, o político” (Lefebvre, 2006, p.20).

Na Sociologia, na Ciência Política e na Geografia matizes e recortes distintos tratam a relevância do espaço e política. Já que o poder é exercido ao longo de um território as dimensões socioespaciais interessam tanto quanto suas manifestações político-institucionais.

Os fenômenos do “poder” são também um fato material, mas principalmente se sustentam com base nas crenças (DUVERGER, 1984). O poder depende da legitimidade adquirida por meio de consenso. O poder faz parte do quadro social, de modo organizado e estrutural. Em outras palavras, no espaço o poder remete a um modo de legitimação simbólica associada a um tipo de espacialidade particular, o território.

Raffestin (1993) destaca a importância dos limites territoriais para compreender a relação de poder que estabelece uma divisão entre sociedades. Souza (2013) complementa que, por e a partir de relações sociais de poder emergem conflitos territoriais, no momento em que distintos atores (poderes) concebem projetos de usos diferenciados para um mesmo espaço (poder sobre o espaço).

As lutas e disputas de poder são tão contundentes no espaço, que um grupo, uma classe ou uma fração de classe não ganha formação em si e nem se reconhece enquanto sujeito, senão por meio de um campo político com uma territorialidade. Daí uma “geografia do voto” ou “geografia eleitoral” pode ser extraída do comportamento político das sociedades.

A “geografia do voto” segue a hipótese de que nas sociedades contemporâneas o processo eleitoral é momento privilegiado para observar as conexões estruturais com as dimensões conjunturais do cenário de momento do campo político em delimitados espaços.

A eleição por si é uma instituição social, que baseada em um ritual regular de escolha política, o eleitorado opta por candidaturas aptas a ocupar cargos públicos em um território. Não adquire significado apenas pela contagem de votos, ao mesmo tempo há um processo de preparação da decisão eleitoral que vai da base social de pleiteantes até o instante da votação.



O eleitorado almeja estabelecer vínculos psicoemocionais, pertencimentos e interesses segundo as organizações de valores, de interesses, de ideologias para expressar ou um protesto ou uma avaliação pragmática (com ratificação ou contestação) das ações de um governante, de um programa ou de um partido no governo (FIGUEIREDO, 2008). Não sem considerar os contextos históricos, geográficos, demográficos, culturais e os níveis de informação fornecidos no embate entre as campanhas eleitorais (marketing e publicidade).

No Brasil as eleições ocorrem alternadamente de dois em dois anos e são gerais ou municipais. Nelas eleitores interagem com candidatos aos cargos nos poderes executivos e legislativos de entes federados municipais, estaduais e da própria União. Em especial, os pleitos municipais possuem amplo significado político devido à importância dos vínculos locais da população frente uma sociedade diversificada, bastante desigual e com um território continental.

As disputas pelo voto em nível local tendem a estreitar os sentidos de envolvimento dos eleitores, sobretudo devido à maioria da população viver em espaços urbanos, palco das dinâmicas da eleição (LAVAREDA e TELLES, 2016). Além que há também uma tentativa de algum diálogo, por vezes dúbio e indireto, com poderes estaduais e nacionais. Uma espécie de momento de contraponto local, perante governantes, ou futuros pleiteantes, aos cargos nas esferas mais elevadas de poder.

A eleição municipal ganha maior relevância nas principais capitais ou metrópoles do país. Ao revelar as ações coordenadas de candidatos junto a representantes mais poderosos, as eleições nas metrópoles brasileiras projetam tendências de opinião, das alianças políticas e dos discursos possíveis para as eleições gerais daí dois anos. Tanto que quase sempre nelas despontam os principais candidatos, os cabos eleitorais mais influentes ou mesmo os sinais vitais de vontade da massa da população em relação aos processos políticos mais gerais.

Se nas principais metrópoles se dão as condições de mobilização das principais lideranças políticas que se projetam nacionais, ao mesmo tempo, pouco se avançou para que carências, vácuos ou ausências de planejamento e governança continuem como as tendências da metropolização no Brasil. Mesmo a sanção do Estatuto da Metrópole não preencheu as lacunas institucionais destinadas à regulamentar as políticas dedicadas a tais regiões, pois nunca avançou sua aplicação.



Para Nelson Rojas Carvalho (2009), como entraves para superar o cenário de precário governo metropolitano está o “peso do voto metropolitano”. Ao analisar as eleições para a Câmara Federal, Carvalho demonstra que há sub-representação das áreas urbanas, por um lado, e paroquialismo metropolitano, por outro lado. A sub-representação é vista na desproporcionalidade quantitativa de representantes legislativos eleitos em desfavor das Regiões Metropolitanas. Atrelado a essa tendência existe um paroquialismo, que atualiza nas metrópoles práticas políticas tradicionais em detrimento da manutenção de desigualdades sociais extremas e dependência de favores pessoais diretos de políticos em nível local.

O enfoque no Legislativo Federal e nos poderes estaduais é nítido e justificável nos trabalhos de geografia do voto metropolitano no Brasil. As possíveis decisões relevantes sobre as Regiões Metropolitanas se desdobram como responsabilidade principal dos governos e assembleias legislativas estaduais. As regulações do Congresso Nacional fornecem os parâmetros Constitucionais e legislações específicas, como o Estatuto da Cidade ou o Estatuto da Metrôpole.

Já o presente artigo, ao tratar das eleições municipais de prefeituras da Região Metropolitana de Goiânia aposta em analisar as representações do pertencimento metropolitano, que podem ou não emergir nas eleições locais. Entende-se que os compromissos firmados em nível local expressem de modo mais direto para o eleitorado as visões de mundo e as versões sobre a realidade dos pleiteantes ao voto. Sem deixar de relacionar aspectos amplos da vida social, as representações imediatas acabam por moldar as possibilidades dos grupos sociais entenderem para agirem em um espaço imediato e cotidiano, da rua à, inclusive, condição metropolitana.

Com essa abordagem pretende verificar se estão explícitos ou implícitos percepções e orientações de recorte metropolitano por parte dos representantes políticos nos diferentes municípios da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). O peso do tema metropolitano será mensurado a partir da relevância que possui nos Planos de Governo dos candidatos à prefeitura dos municípios da RMG.

A existência ou não de representações metropolitanas representadas nas propostas de mandato serão analisados com base em duas hipóteses, se há uma precária representação do tema metropolitano e se existe traços de paroquialismo nas ações propostas. O que envolve desconhecimentos sobre os desafios metropolitanos e de como o pertencimento à metrópole pode oferecer vantagens aos municípios.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo foram deferidas pelo TSE 84 candidaturas à prefeitura nos 21 municípios da RMG (Tabela 1). Dessas, 78 candidatas e candidatos disponibilizaram Plano de Governo (PG) no DivulgaCand.

Tabela 1 – candidatos por cidade e citação ao tema metropolitano

Município da RMG	Nº de Candidaturas	PG disponíveis	PG com conceito-chave
Abadia de Goiás	4	4	1
Aparecida de Goiânia	2	1	—
Aragoiânia	6	5	2
Bela Vista	3	3	—
Bonfinópolis	3	3	—
Brazabranes	3	3	—
Caldazinha	3	3	—
Caturai	4	4	—
Goianápolis	6	5	—
Goiânia	14	14	10
Goianira	3	3	—
Guapó	3	3	1
Hidrolândia	4	2	1
Inhumas	3	3	—
Nerópolis	5	4	—
Nova Veneza	2	2	—
Santa Bárbara de Goiás	2	2	—
Santo Antônio de Goiás	3	3	—
Senador Canedo	4	4	2
Teresópolis de Goiás	3	3	—
Trindade	4	4	2
Total	84	78	19

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2020.



Do total de PGs disponíveis, 19 citam explicitamente no documento um dos cinco conceitos-chave listados na presente análise (Região Metropolitana, Metrôpole, Área Metropolitana, Metropolitano, Grande Goiânia). Essas candidaturas representam apenas 22,6% de do total de candidatas e candidatos à prefeitura dos municípios da RMG.

Ao considerar os 19 pleiteantes à prefeitura que citam alguns dos conceitos-chave nos PG, dez são de Goiânia, sede metropolitana, capital de Goiás e que representa 57,7% da população da RMG. As outras nove se distribuem entre Abadia de Goiás (1), Aragoiânia (2), Guapó (1), Hidrolândia (1), Senador Canedo (2) e Trindade (2).

Em Goiânia os temas metropolitanos motivam posicionamentos mais explícitos dos pretensos prefeitos e prefeitas, em especial em assuntos de mobilidade urbana, segurança pública e meio ambiente. Mas, não se verifica uma abordagem da RMG, somente temas específicos. Já nos municípios demais o debate é residual ou sem maiores detalhamentos.

Os dados da Tabela 1 já dão sinais das duas tendências que devem ser mais bem examinadas nos tópicos seguintes. A primeira é a carência de propostas para ações em escala metropolitana por parte de representantes municipais. A segunda tendência hipotética é a prevalência dos interesses mais localistas, com fraca percepção pelos representantes dos desafios metropolitanos colocados em Goiânia e cidades circunvizinhas.

Baixa representatividade do tema metropolitano entre representantes eleitos

A tendência de existir ou não carência de propostas para ações em escala metropolitana pode ser examinada de maneira mais detida nos Planos de Governo (PGs) de eleitas e eleitos para o cargo máximo do Poder Municipal em 2020. De 21 prefeitas e prefeitos da RMG, apenas o mandatário de Aparecida de Goiânia não disponibilizou o documento no DivulgaCand. Além de aspectos legais e democráticos, a ausência dessa informação prejudica a presente pesquisa, pois Aparecida é a segunda mais importante cidade em termos econômicos e populacionais da RMG, com consolidada dinâmica metropolitana.



Como está exposto a seguir na Tabela 2, entre os 20 Planos de Governos disponíveis apenas dos prefeitos de Goiânia, Trindade e Senador Canedo fazem menção explícita a um dos cinco conceitos-chave que designam temas metropolitanos (Região Metropolitana, MetrÓpole, Área Metropolitana, Metropolitano, Grande Goiânia). Os demais 17 PGs de prefeitos e prefeitas nem brevemente mencionam tais conceitos. O que reforça a noção de que há uma baixa representatividade do tema metropolitano entre representantes nas eleições municipais de 2020.

Tabela 2 – Candidatos Eleitos e os temas metropolitanos nos Planos de Governo

Município	Eleitos	Partido	PG com conceito-chave
Abadia de Goiás	Wander Saraiva	PP	Não
Aparecida de Goiânia	Gustavo Mendanha	MDB	Indisponível
Aragoiânia	José Garcia	PSDB	Não
Bela Vista	Nárcia Kelly	PP	Não
Bonfinópolis	Kelton	Cidadania	Não
Brazabrantes	Zé da Gueroba	PSDB	Não
Caldazinha	Solange Gouveia	PSC	Não
Caturai	Divina Zago	Solidariedade	Não
Goianópolis	Jeovazinho	Cidadania	Não
Goiânia	Maguito Vilela	MDB	Sim
Goianira	Carlão da Fox	PSDB	Não
Guapó	Colemar Cardoso	PSDB	Não
Hidrolândia	Zé Délio Júnior	DEM	Não
Inhumas	João Antônio Ferreira	PSD	Não
Nerópolis	Gil Tavares	PRB	Não
Nova Veneza	Waldemar Batista Costa	Democratas	Não
Santa Bárbara de Goiás	Job Martins de Deus	PDT	Não
Santo Antônio de Goiás	Kleber Cosme de Freitas	PP	Não
Senador Canedo	Fernando Pellozzo	PSD	Sim
Teresópolis de Goiás	Uiltinho	PSC	Não
Trindade	Marden Junior	Patriota	Sim

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2020.



Vale destacar que a ausência dos temas metropolitanos na maioria dos PGs independe das colorações partidárias. Da mesma forma, entre aqueles que se preocuparam em ao menos citar os conceitos-chave da pesquisa, o partido do prefeito ou da prefeita influenciou menos do que a emergência de problemas relacionados às metrópole.

Se considerados os PGs, Goiânia, Trindade e Senador Canedo são os mais integrados às dinâmicas da RMG e mais de 50% dos candidatos mencionam algum conceito-chave do tema metropolitano. Os prefeitos desses municípios se defrontam mais diretamente com as demandas da vida metropolitana, em especial no que tange a necessidade de cooperação para atuar em questões de mobilidade urbana, meio ambiente, resíduos sólidos, abastecimento de água, turismo e habitação.

O Plano de Governo do prefeito de Goiânia trás um capítulo a região metropolitana e a mobilidade urbana, em especial no que tange ao transporte público e a estrutura viária. Vale ressaltar que tal abordagem condiz com uma das poucas institucionalidades operantes na RMG, a RMT (Rede Metropolitana de Transporte Coletivo), cuja Prefeitura de Goiânia é agente principal. Avalia-se que o PG do eleito na capital de Goiás não se encarou decididamente a condição da metrópole goianiense para além dos escassos meios institucionais existentes.

Em relação ao PG do prefeito de Trindade não há uma abordagem mais sistematizada dos temas metropolitanos. No máximo são apresentadas propostas pontuais na área de “Turismo Religioso” e “Cultura” ou promessas genéricas de adensamento em eixos estruturais do sistema viário metropolitano.

O pouco detalhamento e a fraca articulação de ações em temas metropolitanos também são vistos no PG do prefeito eleito de Senador Canedo. No documento somente são citadas e não explicadas ações para a articulação da cooperação metropolitana, especialmente com Goiânia, no intuito de resolver questões de transporte, resíduos sólidos e saneamento.

Após análise mais detida dos dados não é demais considerar que a maioria dos representantes máximos do Poder Municipal ou ignoram a RMG ou propõem ações pontuais e genéricas com objetivos tímidos de integração cooperativa. Esse contexto reafirma a carência de preocupação com os desafios metropolitanos, em especial a partir de percepções que emergem em um plano municipal, pois permanece uma visão mais corriqueira de que as prefeituras devem se ater a atuações restritas ao âmbito local e apenas de modo isolado cooperar em instâncias regionais.



Prevalência dos interesses mais localistas e fraca percepção dos desafios metropolitanos

A segunda tendência hipotética de geografia do voto metropolitano investigada projeta que há uma prevalência dos interesses mais localistas e uma fraca percepção dos desafios metropolitanos. Para suportar a análise foram consideradas menções a ações, a institucionalidades ou a formulações sobre a necessidade de cooperação de um município com no mínimo mais uma municipalidade metropolitana.

Tabela 3 – Temas de relevância metropolitana e os Planos de Governos dos Eleitos

Município	Eleitos	Partido	Tema Metropolitano Implícito
Abadia de Goiás	Wander Saraiva	PP	Não
Aragoiânia	José Garcia	PSDB	Transporte Universitário GYN/APG
Bela Vista	Nárcia Kelly	PP	Rodovia de acesso a Hidrolândia
Bonfinópolis	Kelton	Cidadania	Não
Brazabranes	Zé da Gueroba	PSDB	Consortio Intermunicipal Brasil Central - Aterro Sanitário
Caldazinha	Solange Gouveia	PSC	Não
Caturai	Divina Zago	Solidariedade	Alimentação trabalhadores pendulares com Goiânia
Goianópolis	Jeovazinho	Cidadania	Não
Goianira	Carlão da Fox	PSDB	Não
Guapó	Colemar Cardoso	PSDB	Parcerias com municípios vizinhos nas áreas de turismo
Hidrolândia	Zé Délio Júnior	DEM	Pavimentação de rodovias Aragoiânia e Bela Vista
Inhumas	João Antônio Ferreira	PSD	Não
Nerópolis	Gil Tavares	PRB	Não
Nova Veneza	Waldemar Batista Costa	Democratas	Transporte Universitário e de Saúde GYN
Santa Bárbara de Goiás	Job Martins de Deus	PDT	Não
Santo Antônio de Goiás	Kleber Cosme de Freitas	PP	Não
Teresópolis de Goiás	Uiltinho	PSC	Municípios da APA do João Leite

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2020.



A Tabela 3 resume a leitura sistemática de 17 PGs dos prefeitos e das prefeitas que não mencionam os conceitos-chave do tema metropolitano, ou seja, todos os representantes municipais da RMG exceto de Goiânia, Trindade e Senador Canedo, além de Aparecida de Goiânia. Essa leitura dirige à procura de propostas relacionadas a consórcios, obras, serviços, entre outras medidas, que explicita o nome de dois ou mais municípios da RMG.

Entre os 17 PGs de representantes eleitos, 9 não sugerem nenhuma proposta de ação, institucionalidade ou cooperação em escala metropolitana, nem mesmo que de modo parcial. Outros 8 municípios possuem representantes que se comprometeram em executar pelo menos uma obra, alguma melhoria de serviços ou atuação na preservação ambiental, no turismo e em cooperação institucional com outros municípios da RMG.

Destaque para as promessas de incrementar o “Transporte Universitário” e da “Saúde”, melhorar as condições de “migração pendular” e o melhoramento de rodovias entre municípios da RMG correspondem à maioria das menções aos temas metropolitanos. Apenas 3 eleitos propõem ações que sinalizam preocupação com alguma medida para o fortalecimento de instâncias relacionadas a prerrogativas de um “governo metropolitano”.

O prefeito de Brazabrantes compromete-se em fortalecer a atuação em um consórcio de resíduos que envolvem outros municípios metropolitanos e do Estado de Goiás em geral. Já o prefeito de Guaporé almeja parcerias com outros municípios da RMG na área de turismo. O eleito em Teresópolis de Goiás promete atuar em associação com os municípios da APA do João Leite, que além de abarcar cidades da metrópole é a bacia hidrográfica onde está localizado o reservatório de água que abastece a maior parte da RMG.

Mesmo se considerada as possibilidades indiretas de cooperação metropolitana por meio de partes dos candidatos eleitos, os PGs revelam mais do que ausências, mas uma prevalência dos interesses localistas. Assuntos cotidianos da “paróquia” tomam por completo o espaço que caberia também a formulações regionais. Esse localismo paroquial é produto e reproduz uma fraca percepção dos desafios metropolitanos, tanto no que tange aos problemas, quanto nas vantagens, de uma cidade pertencer a uma Região Metropolitana.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscou-se apresentar uma análise exploratória de geografia do voto das eleições municipais em 2020. A análise principal buscou avaliar o peso dos temas metropolitanos nos Planos de Governo das candidaturas à prefeitura dos municípios que formam a Região Metropolitana de Goiânia.

Diante do material empírico duas hipóteses se revelam coerentes com as tendências mais gerais da metropolização brasileira, certa ausência ou carência de propostas para ações em escala metropolitana e a fraca percepção dos desafios metropolitanos tendo em vista a predominância dos interesses mais localistas. Essas duas tendências estão expressas no exame dos Planos de Governos de prefeitos e prefeitas eleitas na maioria dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia

Apesar do advento do Estatuto da Metrôpole (2015), ao que indica o presente estudo predomina ainda um contexto de “orfandade” institucional, silêncio do debate público e fragilidades das representações políticas. O cenário contribui para a reprodução do contexto de baixa cooperação entre os agentes institucionais e evidencia a necessidade de aprofundar a aprendizagem e o debate acerca das regiões metropolitanas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Nelson Rojas de. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrôpole**, v. 11, n. 22, p. 367-384, 2009.

DUVERGER, Maurice. **Ciência Política: Teoria e Método**. Ed.Zahar, 1984.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. **A decisão do voto-democracia e racionalidade**. Editora UFMG, 2008.

LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara. **A lógica das eleições municipais**. Editora FGV, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Primeira versão: início - fev.2006

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, M. L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 2013.